

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.047 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: ANTÔNIO MAURO DA SILVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ASDRÚBAL CARLOS MENDANHA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE. DELEGAÇÃO DA DECISÃO A MINISTRO DE ESTADO. POSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I – Nas infrações puníveis com demissão, a ação disciplinar prescreve em cinco anos da data em que o fato se tornou conhecido. Assim, não há falar em prescrição entre o intervalo de 21/2/2002, data do conhecimento dos fatos pela Administração, e 4/5/2006, data da publicação da demissão.

II - Improcedência da alegação de nulidade do ato de demissão pela existência de irregularidades na fase de sindicância. Precedentes.

III – Inviabilidade, em mandado de segurança, de reexame de prova. Precedentes.

IV – Nada impede que a autoridade competente para a prática de um ato motive-o mediante remissão aos fundamentos de parecer ou relatório conclusivo elaborado por autoridade de menor hierarquia. Precedentes.

V – Esta Corte firmou orientação no sentido da legitimidade de delegação a Ministro de Estado da competência do Chefe do Executivo Federal para, nos termos do art. 84, XXV, e parágrafo único, da Constituição Federal, aplicar pena de demissão a servidores públicos federais. Precedentes.

VI - Recurso a que se nega provimento.

**RMS 28.047 / DF**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Brasília, 6 de dezembro de 2011.

**RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR**

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.047 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: ANTÔNIO MAURO DA SILVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ASDRÚBAL CARLOS MENDANHA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**RELATÓRIO**

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança, interposto por Antônio Mauro da Silva, contra acórdão proferido pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do MS 12.061/DF, Rel. Min. Og Fernandes, cuja ementa transcrevo abaixo:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO-OCORRÊNCIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. PORTARIA INAUGURAL. INEXIGIBILIDADE DE DESCRIÇÃO MINUCIOSA DOS FATOS. PRECEDENTES. DECISÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA EM CONSONÂNCIA COM O RELATÓRIO FORNECIDO PELA COMISSÃO PROCESSANTE. PORTARIA DEMISSÓRIA SUFICIENTEMENTE MOTIVADA. POSSIBILIDADE, NO CASO DOS AUTOS. DEMISSÃO. ATO DELEGADO A MINISTRO DE ESTADO.*

*1. Na forma das disposições contidas no artigo 142 da Lei n.º 8.112/90, tem-se por afastada ‘a ocorrência de prescrição se, no momento da demissão do servidor, não tiverem transcorrido cinco anos do conhecimento dos fatos pela Administração’. (MS 8928/DF, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA,*

**RMS 28.047 / DF**

TERCEIRA SEÇÃO, DJe 07/10/2008).

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de que não se exige a descrição minuciosa dos fatos na portaria de instauração do processo disciplinar, tendo em vista que o seu principal objetivo é dar publicidade à constituição da Comissão Processante. A descrição pormenorizada dos fatos a serem apurados tem, como momento próprio, a ocasião em que houver o indiciamento do servidor. Precedentes: MS 12.927/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, Terceira Seção, DJ de 12/2/08; RMS 22.128/MT, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ de 10/9/07; e MS 7.748/DF, Rel. Min. VICENTE LEAL, DJ 10/3/03.

3. No caso dos autos, não restou configurado qualquer prejuízo ao impetrante, que efetivamente compareceu perante à Comissão do processo administrativo e acompanhou a oitiva das testemunhas arroladas, prestou depoimento pessoal e produziu todas as provas que lhe interessavam, apresentando, inclusive, defesa escrita, o que demonstra o conhecimento das acusações que lhe eram imputadas.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que, estando a autoridade julgadora de acordo com o relatório final, e se este se encontra suficientemente fundamentado, não há qualquer vício no ato demissório por falta de motivação.

Precedentes: MS 13169/DF, Relatora Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), TERCEIRA SEÇÃO, DJe 07/08/2008 e MS 13111 / DF, Terceira Seção, Rel. Min. Felix Fischer, DJU 30/04/2008).

5. A Lei n.º 8.112/90, em seu artigo 141, inciso I, declara ser da competência do Presidente da República a aplicação da penalidade de demissão de servidor, competência essa, contudo, delegável, como previsto no artigo 84, incisos IV e VI, e parágrafo único, da Constituição da República e nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei n.º 200/67. Precedentes desta Corte: MS 8576/DF, 3.ª Seção, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 13.02.2006; e MS 8259/DF, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 17.02.2003.

6. 'O Mandado de Segurança não se mostra adequado para o reexame de provas produzidas em Processo Disciplinar, especialmente quando a decisão administrativa foi exarada por autoridade

**RMS 28.047 / DF**

*competente e observando-se as formalidades essenciais do rito' (MS 13053/DF, 3.<sup>a</sup> Seção, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 07/03/2008 ).*

*7. Constatando-se, a partir dos elementos contidos nos autos, que o processo administrativo foi conduzido de forma regular, facultando-se ao impetrante as oportunidades para exercer, plenamente, o contraditório e a ampla defesa, há de ser denegada a segurança" (fls. 376-377).*

O recorrente noticia, em suma, que respondeu a procedimento administrativo disciplinar para apuração de conduta *"em tese afrontosa ao Estatuto do Servidor Público Federal, decorrente de prática levada a termo (...) durante a execução dos termos de cooperação firmados entre o IBAMA/GO e Municípios de rio Quente e Marzagão"* (fl. 393).

Alega que lhe foi imposta pena de demissão após procedimento baseado em sindicância em que não se observou o devido processo legal, *"donde (...) ressairiam elementos que indicariam certamente para o arquivamento e não para a instauração de processo disciplinar"* (fl. 393).

Afirma, assim, que o relatório apresentado pela comissão, após apresentação da defesa escrita, *"não levou em consideração NADA do que se apresentou, mas simplesmente chancelou-se o que se encontrava escrito na sindicância"* (fl. 393 – destaque no original).

Sustenta, também, cerceamento de defesa, seja porque *"não foram sopesados os depoimentos de testemunhas compromissadas arroladas pela defesa"*, seja pela ausência de exibição pleiteada, *"constante da letra d, I e II da peça de ingresso"* (fl. 383).

Argui, mais, que a portaria instauradora do processo é genérica, vício que enseja a nulidade processual pela afronta ao devido processo legal.

**RMS 28.047 / DF**

Aduz, ainda, falta de fundamentação do julgamento, uma vez que a autoridade coatora teria se limitado a aprovar o relatório da comissão processante para concluir pela aplicação da pena de demissão com base no art. 117, IX e XV, combinado com o art. 132, ambos da Lei 8.112/1990.

Assevera, de outro lado, a suspeição do denunciante, já que se trata de pessoa que nutre profunda inimizade pelo impetrante, situação enquadrável, portanto, nos arts. 18, I, da Lei 9.784/1999, e 142, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Argumenta, ademais, a impossibilidade de se delegar a aplicação de pena de demissão, como ocorreu na espécie, cuja competência seria do Presidente da República, e não de Ministro de Estado. Sustenta, também, a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, uma vez que passados mais de cinco anos entre a denúncia (29/12/1998) e a publicação da portaria de instauração de sindicância (07/06/2004).

Ressalta, em outro ponto, a ausência de manifestação do TCU a respeito dos *“termos de cooperação firmados com os Municípios de Rio Quente e Marzagão e que serviram de esteio ao Processo Disciplinar”* (fl. 392).

Diz, finalmente, *“que a ocupação de cargo de vereador não se mostra incompatível com a titularização de cargo/emprego ou função perante a Administração Pública, desde que haja compatibilidade de horários e não se ultrapasse o limite remuneratório”* dos subsídios dos Ministros do STF (fl. 401).

Requer, dessa forma, o provimento deste recurso.

A Procuradoria Geral da República opina pelo desprovimento.

É o relatório.

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.047 DISTRITO  
FEDERAL**

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinado o processo, tenho que é caso de desprovimento do recurso.

Colho dos autos (Portaria 141, de 28/4/2006, DOU de 4/5/2006, fls. 25 e 26) que o impetrante foi demitido do cargo de Técnico Ambiental do Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA *“por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública e proceder de forma desidiosa, observando-se, em consequência, as disposições do art. 137, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”*.

Da análise do relatório final da comissão processante (fls. 49-112), verifico que foi apontada uma série de irregularidades cometidas pelo impetrante, entre elas: a apresentação de diversos atestados médicos (*“quase duas dezenas”* - fl. 107) em períodos em que participou normalmente de várias sessões ordinárias da Câmara Municipal de Rio Quente, onde exercia o cargo de vereador; a atuação no Município de Rio Quente acobertado por termo de cooperação irregular; a percepção de salários indevidos decorrente desse termo de cooperação citado; o não retorno à sua unidade de lotação para permanecer como se estivesse cedido às Prefeituras de Rio Quente e Marzagão; a não apresentação de seus trabalhos ao chefe do Escritório Regional de Piracanjuba, local de lotação (conforme ordem de serviço 39/99); a utilização de seu veículo particular na execução das ações dos termos de cooperação, abastecendo-o nas entidades públicas (fls. 107 e 109).

De acordo, ainda, com documentos do processo administrativo

**RMS 28.047 / DF**

trazidos nos autos, os trabalhos da comissão processante, instaurada pela Portaria Ibama 908, de 6 de junho de 2005, *“foram provocados por denúncias formuladas no Processo Administrativo nº 02010.000489/01-44, as quais foram encaminhadas pelo Ministério Público Federal e que noticiam irregularidades (...) que teriam sido praticadas pelo Servidor Antonio Mauro da Silva”* (fl. 49).

A denúncia, por sua vez, formalizada pelo Procurador da República Hélio Telho Correa Filho, em Ofício PRDC/GO 342, é datada de 21 de fevereiro de 2002 (informações da Ministra de Estado do Meio Ambiente, fl. 150). A Comissão de Sindicância foi instaurada pela Portaria 716, de 7/6/2004 (fl. 241).

Assim, resta evidente que não há falar em prescrição no intervalo de 21/2/2002, data do conhecimento dos fatos pela Administração, e 4/5/2006, data da publicação da demissão. Como é cediço, quanto às infrações puníveis com demissão, a ação disciplinar prescreve em cinco anos da data em que o fato se tornou conhecido (art. 142, I e § 1º, da Lei 8.112/1990). O impetrante, portanto, *“não logrou infirmar a prova documental contida nos autos”*, quanto a esse aspecto, como bem destacou o Ministro Og Fernandes, relator do *writ* no STJ.

Improcede, também, a alegação de nulidade do ato de demissão em face da existência de irregularidades na fase de sindicância e pela generalidade da portaria instauradora do processo administrativo. Segundo jurisprudência pacificada da Corte, a exemplo do RMS 24.079, Rel. Min. Ellen Gracie, a sindicância é mero procedimento preparatório, sendo que é na fase do processo administrativo que se deve assegurar os direitos de ampla defesa e contraditório ao servidor, tal como se deu na espécie.

Nesse aspecto, constato, a partir dos documentos acostados, a realização de ampla atividade instrutória durante a fase processual administrativa, com a oitiva do impetrante e de testemunhas, a



**RMS 28.047 / DF**

apresentação de defesa escrita e a juntada de documentos. E, como se sabe, a via mandamental não é a adequada para a análise da valoração das provas.

Do mesmo modo, a argumentação de possível suspeita do denunciante demanda avaliação de fatos e provas, o que é inviável na via eleita. O recorrente busca, na verdade, afirmar a existência de decisão contrária à prova dos autos. Seu reexame, contudo, é impossível em sede de mandado de segurança.

Com efeito, esta Corte, em sucessivas decisões, a exemplo da proferida no RE 269.464/DF, Rel. Min. Celso de Mello, já assinalou que o direito líquido e certo, capaz de autorizar o ajuizamento do mandado de segurança, é, tão somente, aquele que concerne a fatos incontroversos, constatáveis de plano, mediante prova literal inequívoca.

Sobre a ausência de manifestação do TCU para atestar a existência das irregularidades atribuídas ao impetrante, irretocável o acórdão *a quo* no ponto em que ressaltou que *“o conjunto de faltas imputadas ao impetrante, e que motivou o ato demissional, é de ordem administrativa, devendo, por este enfoque, ser analisado”* (fl. 373).

Quanto à motivação do ato demissional, nada impede que a autoridade competente para a prática do ato o faça mediante remissão aos fundamentos de parecer ou relatório conclusivo elaborado por autoridade de menor hierarquia. Assim já se pronunciou este Tribunal, como se vê no julgamento do MS 25.518/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

No tocante à delegação, destaco que o STF firmou orientação no sentido da legitimidade de delegação a Ministro de Estado da competência do Chefe do Executivo Federal para, nos termos do art. 84, XXV, e parágrafo único, da Constituição Federal, aplicar pena de

**RMS 28.047 / DF**

demissão a servidores públicos federais. Nesse sentido, cito inúmeros precedente, como os RE 633.009-AgR/GO, de minha relatoria, RMS 24.194/DF, Rel. Min. Luiz Fux, AI 725.590-AgR/GO, Rel. Min. Ellen Gracie, MS 25.518/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, entre outros.

Finalmente, com relação à possibilidade de acumulação do cargo de vereador com o de técnico do Ibama, verifico que essa não foi a razão da instauração do processo disciplinar. Extraio do relatório final da comissão processante trecho que corrobora esse entendimento:

*“Ao assumir o mandato de vereador, o servidor Antonio Mauro da Silva, verificada a compatibilidade de horários, poderia receber os salários de ambas as repartições, se na localidade houvesse representação do IBAMA/GO onde pudesse ser legalmente lotado. Caso contrário, deveria optar pela licença para atividade política prevista na lei nº 8.112/90. Não foi o que aconteceu. Escudado em um Termo de Cooperação que sequer foi publicado no Diário Oficial da União e sob a complacência do acusado, servidor recebeu salários do IBAMA indevidamente, logrando proveito da situação irregular patrocinada pelo acusado e causando lesão ao erário” (fl. 93).*

Por todas essas razões, voto pelo desprovimento do recurso.



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.047**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

RECTE.(S) : ANTÔNIO MAURO DA SILVA

ADV.(A/S) : ASDRÚBAL CARLOS MENDANHA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** negado provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 06.12.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Karima Batista Kassab  
Coordenadora